



Patrimônio, Justiça Climática e Igualdade

Celebração do Inti Raymi (Festa do Rei Sol), 2011, Cusco Perú.
Fotografia de Lydia Loopesko

Qual é o problema?



Campos de arroz, Vila de Old Kiyangan, Ifugao. Fotografia de John Peterson



O tema da justiça climática e equidade reúne uma série de tópicos relacionados com os direitos humanos e culturais. Especificamente, refere-se à **distribuição injusta ou desigual dos impactos e das respostas às alterações climáticas**. Em geral, estes impactos afetam os mais pobres e os mais vulneráveis que apresentam maiores desvantagens socioeconómicas e que sofrem uma degradação e marginalização dos seus direitos humanos e culturais individuais e dos direitos coletivos. Estas situações podem, ainda, ser agravadas pela opressão, discriminação, racismo, sexismo, homofobia e xenofobia. A promoção da equidade implica reconhecer a forma como estas desigualdades funcionam na prática e o esforço necessário para as combater. Mais precisamente, requer o nosso reconhecimento de que:

- Embora as alterações climáticas tenham sido causadas por países mais desenvolvidos e de rendimentos mais elevados, os seus impactos são mais sentidos pelos países de rendimentos baixo e médio. Esta situação ocorre, em particular, no caso das culturas indígenas e das comunidades tradicionais rurais e costeiras.
- Estes impactos afetam o património cultural intangível e tangível destes países e as suas comunidades, que são extremamente vulneráveis aos perigos das alterações climáticas. Na maioria dos casos, estes países também possuem menos recursos para se adaptarem a estes impactos.
- A resposta global a estas perdas e danos, incluindo o financiamento climático, baseia-se frequentemente numa perceção incompleta da escala dos impactos, os quais também incluem os inventários culturais e patrimoniais em muitos países.
- As práticas e as estruturas de poder existentes, tanto na ciência climática como na prática patrimonial, agravaram ainda mais estas desigualdades, marginalizando as comunidades e culturas que efetivamente estão expostas às alterações climáticas. As suas vozes não são ouvidas e as suas experiências são frequentemente ignoradas. A confiança excessiva em abordagens científicas e na investigação, acima de outros sistemas de conhecimento como as heranças vivas e as experiências vividas, perpetua ainda mais as desigualdades existentes, desvalorizando, simultaneamente, a importante contribuição que práticas culturais podem dar à ação climática.

Por que isso importa?



Forte de Gereza, nas Ruínas de Quilua Quisjuani e de Songo Mnara, Património Mundial da Humanidade. Fotografia de William Megarry

O envolvimento nas questões de justiça climática tem a ver com a proteção e salvaguarda dos indivíduos e dos direitos humanos e culturais individuais e das comunidades. Como membros do ICOMOS empenhados na salvaguarda do património, temos a responsabilidade de assegurar que a forma como operamos **é justa e igualitária**. Devemos e podemos demonstrar sensibilidade e empenho na proteção dos direitos humanos em todas as nossas atividades, estabelecendo ligações entre os direitos das pessoas e uma abordagem de desenvolvimento centrada no ser humano, que visa a proteção dos direitos básicos dos grupos mais vulneráveis e a partilha tanto dos encargos como dos benefícios das alterações climáticas. Como tal, devemos e temos de ativamente fomentar que as comunidades sejam responsáveis por definir, implementar e contribuir em igualdade com todos os parceiros, para as ações climáticas que protegem os seus próprios interesses, meios de subsistência, economias, património cultural, e direitos.

A atenção às questões de justiça climática também é boa para as práticas culturais. O respeito e a valorização dos sistemas de conhecimento locais e indígenas, por exemplo, exigirá o enquadramento de novas abordagens e o desenvolvimento de novas ferramentas e metodologias que centralizem diferentes visões do mundo e outras formas de conhecer de uma forma honesta, transparente e consensual. Isto pode exigir um repensar profundo das dinâmicas de poder e controlo do passado e atuais, de forma a propagar abordagens inclusivas e promovidas pela própria comunidade (ou seja partindo da base para o topo, abordagem bottom-up) que respeitem todos os sistemas de conhecimento e que tenham a confiança e o consentimento informado das comunidades afetadas. Isto resultará tanto numa melhor prática patrimonial como numa ação climática mais eficaz.



Caso de estudo: A Rede do Património Climático e o Plano de Ação de Madrid a Glasgow

O objetivo deste plano de ação era produzir ferramentas para ajudar a eliminar as barreiras no envolvimento dos atores culturais na ação climática e esta coleção de recursos recolhe as ferramentas que foram produzidas no âmbito do plano de ação. Insere-se no conceito de Vias de Desenvolvimento Climático-Resilientes (CRDPs) que tenta abordar a emergência climática de uma forma que reconhece a complexa intersecção entre o desenvolvimento sustentável e a ação climática. Destina-se a ser útil tanto para os defensores da cultura como para os defensores do clima que procuram promover o desenvolvimento sustentável, erradicar a pobreza e reduzir a desigualdade num mundo em aquecimento, e contém mais de 33 casos de estudo, incluindo muitos de membros do ICOMOS.

The Role of Culture in Climate Resilient Development: Strategies for Strengthening Sustainable Development While Promoting Transformative Climate Action

Para mais informações: [The Role of Culture in Climate Resilient Development: Strategies for Strengthening Sustainable Development While Promoting Transformative Climate Action Report \(with case studies\)](#)

Como pode o ICOMOS abordar a injustiça e a desigualdade climática?



Impacto da subida do nível das águas do mar em San José Battery, Cartagena das Índias, Colombia. Fotografia do IPCC



ICOMOS deve adotar uma abordagem à ação climática inclusiva e ética, a qual deve tratar as pessoas de forma justa (**justiça**). Deve também ser equitativa, partilhando o ónus e a responsabilidade, distribuindo os seus custos e benefícios pela sociedade (**igualdade**).

No sector do património cultural, o ICOMOS tem estado na vanguarda da ação climática e os seus esforços têm enfatizado repetidamente a importância da justiça e igualdade climática. Este recurso é uma extensão do nosso trabalho até à data e centra-se exclusivamente em questões de direitos humanos e culturais. As ações específicas anteriores incluem:

- [A Resolução 20GA/15 do ICOMOS declarou uma Emergência Climática e Ecológica](#) e apelou à comunidade ICOMOS para implementar respostas patrimoniais às alterações climáticas que “reconheçam a igualdade e a justiça como fundamentais para compreender e enfrentar os desafios das alterações climáticas, incluindo através da solidariedade com os Povos Indígenas e as comunidades vulneráveis e na linha da frente; governação climática participativa; e abordagens baseadas em direitos de género, direitos humanos e direitos em geral”.
- [A Resolução 20GA/19 do ICOMOS](#) declara que devem ser promovidas abordagens para o património cultural centradas nas pessoas, para que as diversas preocupações culturais, ambientais e socioeconómicas das pessoas e das comunidades sejam tidas em consideração quando forem desenvolvidas políticas e práticas de património locais, nacionais e internacionais. Especificamente, encoraja a comunidade do ICOMOS a “Promover abordagens centradas nas pessoas, as relações das pessoas com o património e os lugares; diálogo intercultural e compreensão, sustentabilidade e bem-estar ao abordar políticas e práticas locais, nacionais e internacionais em matéria de património. Isto permitirá compreender melhor o potencial do património cultural na resiliência às alterações climáticas fortalecendo o desenvolvimento sustentável e promovendo em simultâneo uma transição justa para um futuro com baixas emissões de carbono”.
- O relatório [ICOMOS Future of our Pasts](#) observa que, “A Justiça Climática interliga os Direitos Humanos e o desenvolvimento para alcançar uma abordagem à ação climática centrada nas pessoas, salvaguardando os direitos dos mais vulneráveis; tendo em conta as necessidades daqueles em maior Risco, particularmente os mais pobres e os mais vulneráveis; e partilhando os encargos e benefícios das alterações climáticas e a sua resolução de uma forma equitativa e justa”.
- O Comité Consultivo do ICOMOS e o Conselho Científico 2021 decidiram por unanimidade adotar o [Plano Científico Trienal 2021-2024 Património Cultural e Ação Climática](#), reconhecendo o empenho de todos os Comités Nacionais, Comités Científicos e Grupos de Trabalho do ICOMOS em apoiar ativamente o Grupo de Trabalho de Ação Climática na sua implementação, através de um portal de recursos e de um plano de capacitação. Esta é a primeira vez que o ICOMOS mobiliza as energias e o empenho de todos os mais de 10.000 membros numa única questão: a ação contra as alterações climáticas.



Caso de Estudo: Contribuição do Grupo de Trabalho sobre Alterações Climáticas do ICOMOS Relatório Especial das Nações Unidas sobre Direitos Culturais e Alterações Climáticas.

Em 2020, o Grupo de Trabalho sobre Alterações Climáticas do ICOMOS, em estreita cooperação com vários outros grupos de trabalho do ICOMOS, fez contribuições para o Relatório Especial das Nações Unidas sobre os Direitos Culturais e as Alterações Climáticas. Este relatório observou que, “a cultura está intimamente ligada aos ecossistemas, especialmente para os povos indígenas, rurais e populações “tradicionais”. Tanto as culturas como o ambiente são frequentemente baseados no local... A preocupação com o bem-estar das gerações futuras já é explicitamente ambiental; também deveria ser cultural” (Artigo 18). Também apelou a organizações como o ICOMOS para “Adotar um plano de ação global baseado nos direitos humanos para salvar as culturas da humanidade e proteger os direitos culturais da emergência climática” (Artigo 81).

Para mais informações: Consulte o [ICOMOS Submission to the UN Special Rapporteur in the Field of Cultural Rights on Cultural Rights and Climate Change](#)

Caso de Estudo: O Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Sustentável do ICOMOS (SDGWG) e a Integração de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática em Sítios do Patrimônio Mundial

Em 2021, trabalhando em conjunto com os EUA/ICOMOS IEP, o SDGWG respondeu ao apelo do ICOMOS para o Clima e Emergência Ecológica, desenvolvendo a fase-piloto de investigação intitulada, “Integração da Ação Climática e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Sítios do Patrimônio Mundial”. A investigação reconheceu que as alterações climáticas estão entre as ameaças mais relevantes que o planeta enfrenta, que irão afetar todos os aspetos da vida humana e que terão impactos significativos na implementação e no resultado de todos os ODS. A investigação procura desenvolver diretrizes de melhores práticas que possam ser utilizadas no local e outras para examinar como a ação climática e os ODS estão a ser implementados nos Sítios do Patrimônio Mundial. Uma fase-piloto examinou quatro sítios do Patrimônio Mundial no Canadá, França, Austrália e Peru, em particular, a forma como estes integraram tanto as ODS como a ação climática. Os planos de gestão foram revistos e foram realizadas entrevistas às principais partes interessadas. Esta investigação prossegue com enfoque nos estudos de casos asiáticos ou africanos de bens do Patrimônio Mundial.

Para mais informações: [Heritage and the Sustainable Development Goals: Policy Guidance for Heritage and Development Actors](#)

HERITAGE AND THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: POLICY GUIDANCE FOR HERITAGE AND DEVELOPMENT ACTORS



Caso de estudo: Comité Internacional do Turismo Cultural do ICOMOS e a Carta Internacional do Turismo do Patrimônio Cultural (2021)

A participação na vida cultural e o acesso ao patrimônio cultural é um direito humano. No entanto, alguns aspetos resultantes do turismo têm envolvido utilizações não sustentáveis dos recursos do planeta, incluindo o patrimônio cultural e natural. Isto apela a uma carta que advogue o desenvolvimento e a gestão responsável e diversificada do turismo cultural, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural; empoderamento comunitário, resiliência social e bem-estar; e um ambiente global saudável. Entre outras coisas, a Carta salienta o papel crucial do desenvolvimento de capacidades, avaliação de riscos, planeamento estratégico e gestão adaptativa. Isto realça a mudança de prioridades na doutrina do ICOMOS, passando do desenvolvimento sustentável para a consideração mais ampla do bem-estar das pessoas, que a proteção do patrimônio cultural e a sua fruição podem ajudar a alcançar.

A Carta salienta ainda que as estratégias devem ter em consideração a propriedade, o conhecimento e as práticas tradicionais. Comunicação, informação, interpretação do patrimônio, educação e formação devem aumentar a consciencialização sobre a emergência climática e as suas consequências para o patrimônio natural e cultural, especialmente quando as comunidades e os destinos estão em risco. A exposição e a interpretação dos lugares patrimoniais acessíveis ao público devem também contribuir para estas questões, incluindo mensagens sobre os impactos climáticos na sua preservação e no ambiente. Isto convida à consideração de tecnologias inovadoras que possam ser utilizadas para estes fins.

Finalmente, a Carta sustenta que todos os intervenientes do turismo cultural devem tomar medidas para mitigar, reduzir e gerir os impactos climáticos. As ações devem reforçar a capacidade das comunidades para gerar, reter e manter os benefícios sustentáveis do turismo cultural. Ao mesmo tempo, as atividades turísticas devem mitigar as suas emissões de gases com efeito de estufa.

For more information: [The ICOMOS International Cultural Tourism Committee Homepage](#)

O que podemos fazer agora?



Açude em pedra na Ilha do Havai. Fotografia de Akifumi Iwabuchi

A atenção à justiça e equidade climática pode incluir tanto ações individuais como coletivas. Estas podem incluir:

1 Foco nas questões de inclusão e maximização dos esforços de colaboração na organização de projetos, reuniões e eventos.

Porque que se trata de uma questão de justiça climática?

A investigação e os projetos sobre alterações climáticas são predominantemente financiados e liderados por agências e investigadores de países mais desenvolvidos e com maior riqueza. Isto tem provocado uma divisão de longa data entre os que fazem ciência climática e os que experimentam os impactos mais graves das alterações climáticas. A nível mundial, as comunidades mais afetadas são frequentemente marginalizadas de discussões e de debates mais abrangentes, como é o caso, em particular, das comunidades indígenas. A organização de eventos baseados em abordagens inclusivas, partindo das próprias comunidades (abordagem bottom-up) e centradas nas pessoas, criam relações efetivas e profícuas, assegurando que todas as vozes são ouvidas.

O que posso fazer?

- Trabalhe com as comunidades locais na coorganização de eventos
- Promova parcerias com os Comités Nacionais de outros países para a organização de eventos que realçam a importância de escutar e de partilhar conhecimento
- Garanta, tanto quanto possível, que os eventos são inclusivos e acessíveis a todos os que pretendem participar. Podem ser realizados eventos híbridos com participação presencial e online.
- Explore as motivações por trás de projetos que trabalham com grupos ou comunidades marginalizadas, com especial ênfase na calendarização e benefícios.

O que podemos fazer agora?

2

Reduzir as suas emissões pessoais de carbono através de ações individuais e coletivas.

Porque que se trata de uma questão de justiça climática?

1% da população mundial produz mais de 50% das emissões mundiais de carbono. Isto é simultaneamente injusto e desigual, e é incompatível com o desenvolvimento sustentável. A diminuição das emissões de carbono é a única forma de proteger o património cultural a longo prazo, sendo fundamental para a justiça climática. Tanto a nível individual como organizacional, devemos assumir a responsabilidade e agir no sentido de reduzir a quantidade de carbono que produzimos.

O que posso fazer?

- Calcule a sua pegada individual de carbono e identifique formas de a reduzir. Estabeleça uma meta e repita este processo anualmente.
- Incentive todos os membros do seu Comité Nacional, Comité Científico Internacional e/ou Grupo de Trabalho a calcularem as suas pegadas individuais de carbono. Compare estas pegadas de carbono com a média global de emissões de CO₂ per capita. Enquanto comité nacional ou comité científico internacional, pense em formas de as reduzir anualmente e REALIZE AÇÕES ANUAIS
- Por fim, identifique formas de compensar as emissões inevitáveis de carbono. As comissões e membros devem compensar as pegadas de carbono das reuniões e outras atividades do ICOMOS. Para abordar a justiça climática, os fundos poderiam ir para a localização de programas de trabalho ou atividades centradas na igualdade e no equilíbrio dos legados históricos, em benefício das comunidades mais afetadas e vulneráveis.



Ferramentas para a Ação: O Grupo de Trabalho de Sustentabilidade e Comunicação da AdCom (SCTF) (Kit de Ferramentas de Ação Climática)

Tendo declarado uma Emergência Climática em 2020, o ICOMOS pretende também gerir melhor a sua própria sustentabilidade organizacional e as comunicações, aspirando a ser uma organização carbono zero até 2030. Para apoiar esta ambição, a Task Force AdCom está a preparar um conjunto de Ferramentas, que capacitam os membros do ICOMOS a estarem na vanguarda da ação climática, assegurando ao mesmo tempo, a inclusão e a diversidade, tanto a nível organizacional como pessoal. Estas incluem uma Lista de Verificação de Tarefas (Checklist) para Reuniões e Eventos Responsáveis (de A a C abaixo) bem como uma Calculadora do Carbono - ver links abaixo:

A: Reunião Online - Como organizar reuniões online inclusivas

B: Reuniões híbridas - Como organizar reuniões inclusivas híbridas com uma pegada mínima de carbono

C: Como organizar uma reunião física com uma pegada mínima de carbono

Para mais informações sobre ferramentas específicas: 1) [The \(SCTF\) Carbon Calculator Tool](#), and 2) [The Responsible Meeting and Events Checklist](#)

O que podemos fazer agora?

3

Assegurar que todo o trabalho do ICOMOS é visto e realizado através de abordagens baseadas em Direitos

Porque que se trata de uma questão de justiça climática?

As alterações climáticas já estão a ter impacto nas comunidades, na cultura e nos direitos culturais a nível global. Populações desfavorecidas e vulneráveis, alguns povos indígenas, e comunidades locais dependentes de meios de subsistência agrícolas ou costeiras estão desproporcionadamente em risco. Os locais de património cultural são paisagens vivas. Permitem que as pessoas participem e contribuam para a vida cultural e são uma expressão da sua identidade cultural. Muitas vezes, são também a única fonte de trabalho ou de alimento para as comunidades e são, portanto, essenciais para a sua sobrevivência. Quando tais lugares estão em risco, as comunidades associadas veem a sua existência ameaçada. Por outro lado, a resiliência e a criatividade enraizadas na cultura e no património das comunidades locais dão a toda a sociedade uma esperança para o futuro. As artes, a cultura e o património são fontes de criatividade e inspiração que podem ajudar a influenciar a aceitação de políticas ou mudanças de sistema. As comunidades com o seu conhecimento local apoiam opções contemporâneas de mitigação, desde reduzir os níveis de emissão de carbono, adaptando localmente a descarbonização de edifícios e paisagens culturais, dando o exemplo de padrões de povoamento com emissões de baixo teor de carbono para o desenvolvimento de zonas periurbanas, até ao papel da ciência indígena na agricultura inteligente do ponto de vista climático.

O que posso fazer?

- Promover abordagens baseadas nos direitos e centradas nas pessoas na gestão do património; as ligações das pessoas com o património e os lugares; e o diálogo e a compreensão intercultural, sustentabilidade e bem-estar ao abordar políticas e práticas locais, nacionais e internacionais em matéria de património. Isto permitirá explorar melhor o potencial do património cultural para um caminho climático resiliente, reforçando o desenvolvimento sustentável e promovendo em simultâneo uma transição justa para um futuro com baixo teor de carbono.
- No seu trabalho diário do ICOMOS, esforce-se continuamente para implementar perspetivas baseadas em direitos, que garantam os direitos de indivíduos e grupos de desfrutar da sua própria cultura, dos lugares e dos monumentos. Adotar o princípio do consentimento livre, prévio e informado das comunidades nativas, antes de adotar medidas relativas ao seu património cultural específico e oferecer toda a assistência possível para que as comunidades e titulares de direitos sejam consultados e convidados a participar ativamente em todo o processo de identificação, seleção, classificação, interpretação, preservação e salvaguarda, bem como a gestão e desenvolvimento do património cultural.
- Take cultural rights and cultural impacts into consideration in responding to all aspects of climate change Tenha em consideração os direitos e os impactos culturais na resposta a todos os aspetos das alterações climáticas e na ação climática. Dê prioridade à necessidade de um esforço global especialmente urgente, eficaz e concertado para prevenir a extinção do património cultural e comunidades relacionadas, que enfrentam ameaças específicas da emergência climática, tais como as das regiões polares e costeiras, incluindo povos indígenas e aqueles que vivem em pequenos Estados Insulares património cultural.

O que podemos fazer agora?

Caso de estudo: ICOMOS A nossa Iniciativa de Dignidade Comum - Abordagem Baseada nos Direitos (OCD - RBA), presidida por ICOMOS Estonia Webinar sobre Comunidades do Património Costeiro e Clima

O webinar Heritage Thursdays foi organizado pelo OCDI - RBA em cooperação com parceiros centrados no património costeiro, comunidades e alterações climáticas, a fim de obter uma compreensão mais profunda da variedade de questões que o património está a enfrentar face às rápidas alterações climáticas através de perspetivas muito concretas das comunidades costeiras, dos seus conhecimentos, práticas e meios de subsistência. O webinar concentrou-se em abordagens holísticas do património costeiro - património tangível e intangível, móvel e imóvel, paisagens e espaços, terra e água. A série de webinários foi dedicada à Resolução ICOMOS sobre Abordagens do Património Centradas nas Pessoas e o webinar ecoa as vozes das comunidades do património das costas europeias.

O webinar incluiu histórias sobre e de comunidades em Bryggen, um sítio portuário que está a ficar progressivamente submerso, a preservação do ambiente tradicional no contexto Fino-Ugricas, e a resiliência climática integrada na arquitetura tradicional costeira e artesanato no Círculo Ártico..

Para mais informações: [The ICOMOS "Our Common Dignity Initiative" - Rights-based Approaches homepage](#)

Heritage Thursdays
Jueves de patrimonio
Les Jours du patrimoine



Coastal heritage, communities and climate

THURSDAY 25 NOVEMBER 2021 | 12:00-14:00 CET

Chair and introduction: Ave Pauli
«Coasts of the Baltic Sea»

Dimitra McDermott
«Symposium: Living heritage and Climate Change» and a coastal village in Ireland»

Nils Ahlberg
«Water Heritage» «A Vital Concern for Everyone»

Berita Mathisen
«Bryggen, a sinking harbor site»

Dmitri Harjakk-Zaitsev
«Anglians and Vikings: new historical stages»

Armin Brakke
«North of the Arctic Circle - Climate resilience embedded in traditional coastal architecture and crafts»

Nicole Franceschini & Francesco Marchese
«Panorama and coastal heritage»

Register to join us on ZOOM @ icomos.org
FACEBOOK LIVE: <https://facebook.com/OurCommonDignity>

ICOMOS    #OurCommonDignity #HeritageThursdays #COMOS



Caso de estudo: ICOMOS UK e a Promoção do Património Cultural como motor fundamental para a Ação Climática Local

O ICOMOS-UK pretendia criar uma resposta nacional à crise global centrada no papel das comunidades na investigação, na elaboração de políticas e no desenvolvimento e implementação de ações climáticas. A inclusão e a auscultação das comunidades, que têm estado frequentemente na periferia da investigação, das políticas e das estratégias, foi central para este fim. Por exemplo, no Reino Unido e nos países vizinhos, a perda de aldeias, de lojas locais, de quintas e animais, e de espaços urbanos estão a deixar algumas comunidades destruídas, indefesas e a lutar para recuperar a sua normalidade.

Este workshop envolveu uma vasta gama de intervenientes, incluindo comunidades e grupos da sociedade civil, para explorar formas de trazer as comunidades para o centro das políticas e das agências que lideram as decisões e ações, bem como a forma como o património cultural pode impulsionar este processo. Os temas-chave incluíram a equidade e a auscultação de uma série de intervenientes, a necessidade de simplificar a linguagem para melhorar a colaboração e que considerações éticas associadas às alterações climáticas que devem ser tidas em conta nas práticas de conservação?

Para mais informações: [The ICOMOS UK Homepage](#)



Manifestação contra as alterações climáticas em Nuremberga, Alemanha. Fotografia de Markus Spiske

Contributos de:

Clara Arokiasamy	ICOMOS-UK / ICICH / RBAWG
Sheridan Burke	ICOMOS Australia / AdCom Officer / ISC20C
Milagros Roman Flores	US ICOMOS/ ICOFORT
Patrick Chao-Shiang Li	CIPA/ CIPA / ICICH / ICIP / ICTC
Kate Lim	ICOMOS Philippines/ ICAHM
Lydia Loopesko	US ICOMOS/ SDGWG
Laure Marique	ICOMOS Belgium (IWB) / EPWG / RBAWG
Deirdre McDermott	ICOMOS Ireland, AdCom Officer / SCTF coordinator /RBAWG
William Megarry	ICOMOS Focal Point for Climate Change
Ave Paulus	ICOMOS Estonia / ISCCL-IFLA / ICLAFI / SCWH / RBAWG
John Peterson	US ICOMOS/ ICAHM
Mario Santana	Secretary General and ICOMOS Canada
Cecilie Smith-Christensen	ICOMOS Norway / SCTF
Chris Underwood	ICOMOS / ICUCH
Alex Yaning Yen	CIPA/ICORP

Traduzido por: Esmeralda Pauperio (português), Laure Marique (francês), Milagros Roman Flores (espanhol), Wing-Fai Wong, Alex Yaning Yen e Patrick Li (chinês) e Mohamed Badry (árabe)

Projetado por: Lydia Loopesko